



A REINVENÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SC

**O que vem por aí a partir da Reforma Tributária
e do uso da Inteligência Artificial**

RELATÓRIO ANUAL 2024

EDITORIAL

Entramos em 2025 novamente com grande orgulho ao olharmos para a trajetória de realizações dos Auditores Fiscais da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. Nos últimos anos, o trabalho da carreira foi fundamental para a construção de um ambiente econômico estável e promissor para nosso Estado.

Em 2024, superamos desafios de grande magnitude, incluindo a continuidade de uma política tributária complexa e a necessidade de manter a arrecadação diante de mudanças significativas na legislação. Ainda assim, a Administração Tributária catarinense elevou a eficiência, adaptando-se rapidamente, garantindo a saúde financeira do Estado e proporcionando recursos primordiais para investimentos em áreas como Educação, Saúde e Infraestrutura.

A constante capacitação dos Auditores Fiscais tem sido um fator-chave para esses bons resultados. Iniciativas como o Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc) e o Recupera+ e a utilização de ferramentas tecnológicas avançadas, como o sistema Malhas Fiscais, reforçaram nossa capacidade de combate à sonegação e de incentivo à autorregularização dos contribuintes. Além disso, a integração com outras entidades e órgãos públicos tem ampliado o escopo de atuação da fiscalização, como vimos nas importantes parcerias com a Polícia Rodoviária e a Defesa Civil em operações conjuntas.

No último ano, reforçamos nossa missão de orientar e não apenas fiscalizar. O Sindifisco/SC continuou promovendo eventos e capacitações, com destaque para o Fisco em Debate, que trouxe discussões relevantes sobre eficiência fiscal e os rumos da Administração Tributária. Eventos como esse reafirmam nosso compromisso com a melhoria constante e o diálogo transparente com a sociedade catarinense.

Para 2025, nossa visão é de continuidade e evolução. A arrecadação continuará sendo uma prioridade, mas o foco será ampliado para garantir um ambiente de negócios ainda mais favorável, baseado na justiça tributária e na segurança jurídica. A Reforma Tributária em discussão no Congresso certamente trará impactos, e estaremos atentos e prontos para que Santa Catarina siga no caminho do desenvolvimento sustentável.

Encerramos 2024 com um saldo positivo, tanto nos resultados fiscais quanto no fortalecimento da nossa carreira. A todos os colegas Auditores Fiscais, registramos nosso reconhecimento pelo esforço e dedicação que garantem o crescimento de nosso Estado.

O Sindifisco/SC renova seu compromisso com cada filiado e com otimismo seguimos firmes em nossa missão de garantir um futuro ainda mais próspero para Santa Catarina.



**José Antônio
Farenzena**

PRESIDENTE
DO SINDIFISCO/SC

EXPEDIENTE

**INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FISCAIS
DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
Edição 88 - relatório anual 2024

Avenida Trompowsky, 291 - Sala 1203, Florianópolis/Sc | Cep 88015-300

sindifisco@sindifisco.org.br

DIRETORIA 2022 - 2025

PRESIDENTE
José Antônio Farenzena

VICE-PRESIDENTE
Fabiano Dadam Nau

2º VICE-PRESIDENTE
Joacir Sevegnani

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Felipe Letsch

DIRETOR FINANCEIRO
Soli Carlos Schwalb

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
Cristiano Fornari Colpani

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Clóvis Luis Jacoski

DIRETORA DE POLÍTICAS E AÇÕES SINDICAIS
Marcia Maria Alves de Arruda Bortolanza

DIRETOR DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Brani Besen

DIRETOR DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS
Eduardo Antônio Lobo

DIRETORA DE PROJETOS ESPECIAIS E AÇÕES SOCIAIS
Rosimeire Celestino Rosa

SUPLENTES
Asty Pereira Júnior, Edson Dal Castel de Oliveira, José Zomer Sobrinho, Lauro José Cardoso, Lucas Pivatto, Marcos Antônio Ferreira Domingues, Sérgio Dias Pinetti e Thiago Rocha Chaves

REALIZAÇÃO
A+ Conteúdo e Comunicação
Redação e edição: Aline Cabral Vaz e Sarah B. Goulart
Projeto gráfico e editoração: Fábio Abreu

ÍNDICE

- 6. ENTREVISTA**
Cleverson Siewert, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina
- 8. HOMENAGEM**
Júlio Narciso: legado de comprometimento, solidariedade e responsabilidade social
- 9. REFORMA TRIBUTÁRIA**
Desafios para o fisco catarinense
- 12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**
Fundo Estratégico para garantir sustentabilidade da ação fiscal em SC
- 14. RECUPERA MAIS**
Resultados positivos para os cofres do estado
- 15. EXTINÇÃO DA DIME**
SC implementa mudanças na Declaração Fiscal para 2025
- 16. JOGOS FAZENDÁRIOS DE 2024**
Com recorde de público, evento é realizado em Florianópolis
- 18. CRESCIMENTO**
Arrecadação Tributária: o verdadeiro motor para o desenvolvimento do estado em 2024
- 20. ARTIGO**
A revolução da Inteligência Artificial na Administração Tributária brasileira
Leandro Machado da Silveira
- 21. ARTIGO**
Sobre o desequilíbrio federativo na distribuição das receitas tributárias
Sérgio Pinetti
- 24. ATUAÇÃO DECISIVA**
Vitória de SC: STF decide a favor do fisco no combate à sonegação e ao crime organizado
- 28. FISCO EM AÇÃO**
As principais atividades do Sindifisco durante 2024

NOS SIGA NO INSTAGRAM

[@auditoresfiscaissc](https://www.instagram.com/auditoresfiscaissc)

[sindifisco.org.br](https://www.sindifisco.org.br)

ENTREVISTA

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Quais são os principais desafios que a Reforma Tributária pode trazer para Santa Catarina?

Somos um Estado diferenciado, líder nacional em indicadores econômicos e sociais. Mas o governador Jorginho Mello nos desafia todos os dias a planejar e agir para manter Santa Catarina uma referência nas próximas décadas. Para isso, é preciso pensar em infraestrutura e nas demais engrenagens governamentais de maneira disruptiva, com ações de alto impacto e que tenham o potencial de revolucionar o Estado.

Nosso objetivo é buscar novas matrizes econômicas para Santa Catarina se adequar à nova lógica econômica e fiscal que será imposta pela Reforma Tributária. Nossa política de benefícios é fortemente voltada à atratividade de investimentos, estímulo a setores econômicos e ao fortalecimento das empresas catarinenses. Mas, com o intuito de acabar com a guerra fiscal, a reforma vedou a concessão de benefícios fiscais além dos previstos na Constituição.

Na prática, os governadores e prefeitos não poderão mais conceder incentivos fiscais para atrair empresas, além daqueles já constitucionalmente previstos.

E o que muda neste novo cenário? Uma tendência é que as empresas busquem se instalar nos locais mais próximos do seu consumidor, especialmente nos grandes centros urbanos. Mas há outros aspectos que devem ser levados em conta.

Quais aspectos? Como o Estado está se preparando para se adaptar às mudanças?

Sem o mesmo peso dos incentivos como moeda de troca, essa nova lógica de atração de investimentos imposta pela Reforma Tributária passará pelo custo da logística, qualificação e custo de mão de obra, além de disponibilidade e custo de energia.

Outros aspectos de mercado também devem ser considerados, como o perfil do consumidor e quantidade de demanda. Ou seja, a atual política de atração de investimentos via benefícios fiscais vai dando lugar a outros pré-requisitos. Teremos que nos diferenciar cada vez mais com mão de obra qualificada, infraestrutura, segurança jurídica, respeito aos contratos.

Saímos na frente com o programa Universidade Gratuita, que está democratizando o acesso ao ensino superior em Santa Catarina, e o CaTec, que impulsiona a formação profissional por meio do ensino técnico. Estamos qualificando a malha viária do Estado com o Estrada Boa, entre outras ações de impacto na oferta de mão de obra e infraestrutura logística.

Com todas essas mudanças, a maior parte dos Estados estará em pé de igualdade em relação aos estímulos fiscais. Portanto, quando decidirem o melhor destino para suas instalações, as empresas terão que observar o que

cada Estado tem de melhor. E nós sabemos que Santa Catarina tem muito a oferecer.

Como a Reforma Tributária encaminhada pelo Governo Federal pode afetar a arrecadação estadual?

Ainda é muito cedo para se ter projeções concretas sobre o impacto na arrecadação estadual. Como mencionado anteriormente, teremos uma nova lógica em relação aos incentivos fiscais, que hoje assume papel estratégico para SC, e portanto teremos que nos reinventar.

Outro desafio diz respeito à quantificação da alíquota de referência. Um dos princípios da reforma é manter a arrecadação dos Estados. Nesse sentido, a alíquota de referência é aquela capaz de garantir essa arrecadação e será fixada pelo Senado, mas será calculada pelo Comitê Gestor do IBS.

O grande desafio é que, além da unificação das bases de mercadorias (ICMS) e serviços (ISS), o IBS incidirá sobre fatos geradores que não eram tributáveis, tais como, spread bancário, alguns tipos de ativos digitais, locação de bens imóveis, entre outros. É por isso que a alíquota teste, que vai vigorar de 2026 a 2028, será determinante para que a alíquota que será instituída não venha a onerar o consumidor. A lógica, inclusive, é o contrário. Ao se tributar uma base maior, é possível que a alíquota seja menor, a fim de garantir os mesmos patamares de arrecadação.

Quais ajustes podem ser necessários para manter o equilíbrio fiscal?

Em meio a tantos desafios, o governador Jorginho Mello tem posicionado Santa Catarina na vanguarda das discussões que envolvem a Reforma Tributária. Nossa administração tributária vem participando ativamente de grupos técnicos (CONFAZ, Comsefaz, ENCAT e o próprio COSUD), conversando com entidades representativas de classe e da sociedade civil e participando de palestras.

Preparamos e apresentamos à bancada catarinense em Brasília um pacote de emendas realizadas nos projetos de lei que regulamentam a Reforma Tributária e estão no Congresso Nacional. Santa Catarina também já anunciou que participará do Acordo de Cooperação Técnica entre Estados e Municípios que, na prática, vai funcionar como um pré Comitê Gestor do IBS.

Apesar de ser desafiador, enfrentar o novo, pensar e fazer diferente é o que irá nos colocar em um patamar de excelência e nos permitirá manter e até mesmo reforçar a saúde financeira do Estado e que é reconhecida pela gestão do governador Jorginho Mello.

De que forma a Inteligência Artificial já está sendo utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda e quais são os planos para expandir o uso dessa tecnologia**O uso da inteligência artificial já é uma realidade no Fisco catarinense. Essa aplicação já gerou mais de R\$ 50 milhões em regularização de ICMS"****como aliada no combate à sonegação fiscal?**

O uso da inteligência artificial já é uma realidade no Fisco catarinense. Utilizamos, por exemplo, um modelo de IA para identificar os produtos informados nos documentos fiscais eletrônicos, independentemente de erros gramaticais, abreviações, erros de NCM, CEST ou GTIN. Essa aplicação já gerou mais de R\$ 50 milhões em regularização de ICMS para o nosso Estado em pouco mais de um mês e meio, ao identificar o produto comercializado e realizar auditorias sobre a alíquota correta, benefícios fiscais e estorno de crédito.

Outro uso de IA em desenvolvimento é um chatbot voltado ao atendimento dos contribuintes. Atualmente, as dúvidas sobre a legislação tributária são respondidas pela Central de Atendimento Fazendária (CAF), que conta com uma estrutura de colaboradores fixos e centenas de audi-

tores e analistas, que respondem dúvidas pontuais sobre temas específicos. O atendimento é feito por telefone ou por meio de envio de perguntas por e-mail.

Além da CAF, as Gerências Regionais realizam atendimento presencial para esclarecimento de dúvidas mais complexas. Com a intenção de desburocratizar e garantir uma resposta mais rápida ao contribuinte, a IA será utilizada na criação de uma atendente virtual para o esclarecimento das dúvidas mais frequentes, com respostas imediatas, confiáveis e precisas, tomando como base o aprendizado de máquina de respostas anteriores. E parte dos servidores atualmente encarregados destas atividades, naturalmente, poderá ser aproveitada em outras ações voltadas às atividades finalísticas da SEF.

Desde o ano passado, após a publicação de uma portaria, contamos com a atuação do Comitê Gestor de Inteligência Artificial, que busca padronizar a produção e o uso destas tecnologias para que sejam compatíveis com as normas vigentes, com o sigilo fiscal e com as regras da Lei Geral de Proteção de Dados.

Mas é importante que se diga que o uso de ferramentas tecnológicas não é novidade na Fazenda. Desde setembro de 2020, quando tiveram início, as Malhas Fiscais de Santa Catarina garantiram aos Auditores Fiscais recuperar R\$ 2,2 bilhões aos cofres públicos.

Além do ganho decorrente da correção das obrigações de escrituração e pagamento, isto permitiu a regularização do contribuinte.

Quais ações estão previstas para 2025 na área de fiscalização e tributária?

Vamos continuar avançando no planejamento voltado à desburocratização e à otimização das nossas ações e serviços. Já implantamos o pagamento de ICMS por PIX e estamos trabalhando para estender esta modalidade ao IPVA, com toda a cautela e medidas de segurança que isto implica para evitar que o contribuinte seja alvo de eventuais fraudes. A extinção da DIME é outra medida de desburocratização prevista no nosso Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc), com conclusão programada para o primeiro semestre de 2025.

Esperamos aprovar, ainda neste mês de dezembro, o terceiro pacote tributário deste governo para implementá-lo já a partir de 2025. O trabalho de revisão dos incentivos fiscais continua: com o aval da Assembleia Legislativa, vamos alcançar quase R\$ 700 milhões da meta de R\$ 1 bilhão definida pelo Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina, o Pafisc.

Com muito diálogo com o setor produtivo, seguiremos realizando ajustes importantes na nossa economia, mas sempre incentivando a indústria, garantindo a competitividade e trabalhando pela atração de novos investimentos para Santa Catarina.



Participação do Sindifisco/SC no Projeto Integrar é uma das ações iniciadas pelo Auditor Fiscal

HOMENAGEM

JÚLIO NARCISO: LEGADO DE COMPROMETIMENTO, SOLIDARIEDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Júlio Narciso foi um dedicado Auditor Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC), com uma trajetória marcada pela ética, profissionalismo e compromisso com a justiça fiscal. Ao longo de sua carreira, Júlio desempenhou um papel fundamental em diversas operações de combate à sonegação fiscal e na implementação de políticas que contribuíram para a melhoria da arrecadação estadual. Narciso faleceu em novembro de 2024 em decorrência de um câncer.

Reconhecido por sua vasta experiência e profundo conhecimento na área tributária, Júlio também foi inspiração para colegas, sendo lembrado por sua responsabilidade social, como a implantação do Projeto Integrar, que é apoiado pelo Sindifisco/SC desde 2013.

“O Júlio, além de ter sido um ser humano extraordinário e fantástico, pensava muito no próximo, e por pensar no próximo, ele trouxe até nós o Projeto Integrar. Nós conhe-

ceamos o projeto, nos encantamos com a ideia desde o início e fizemos o possível para ajudar e viabilizar a ação, que tinha dificuldade financeira para se manter em andamento. Com a colaboração do Sindicato, por meio dos quase 800 filiados, conseguimos viabilizar já por 13 anos a manutenção desse projeto que tem tido resultados fantásticos na educação, principalmente das pessoas mais necessitadas que têm dificuldade em chegar no nível superior. Então a gente só tem que agradecer e honrar a memória do Júlio por ter trazido até nós um projeto tão bonito, que traz resultados tão gratificantes para todos”, afirma o amigo e vice-presidente do Sindifisco/SC, Fabiano Dadam Nau.

Júlio Narciso deixa um legado de excelência profissional, respeito, compromisso e dedicação ao serviço público e à sociedade, sendo uma figura de destaque na história da SEF/SC e uma referência para as futuras gerações de Auditores Fiscais.



REFORMA TRIBUTÁRIA

DESAFIOS PARA O FISCO CATARINENSE

A Reforma Tributária em discussão no Brasil promete trazer mudanças profundas no sistema fiscal, impactando a administração tributária de todos os estados. Em Santa Catarina, conhecida pela eficiência na arrecadação e no combate à sonegação, os Auditores Fiscais se preparam para enfrentar uma transformação que exige adaptação tecnológica, capacitação profissional e esforços conjuntos para manter a eficiência e a justiça fiscal.

“Santa Catarina sempre foi referência de eficiência na arrecadação e no combate à sonegação. Agora, precisamos nos reinventar para que as mudanças propostas pela Reforma Tributária tragam um sistema tributário mais justo e eficiente para a sociedade catarinense”, afirma José Farenzena, presidente do Sindifisco/SC.

No entanto, com todos esses avanços, surgem também desafios para os Auditores Fiscais catarinenses. A implementação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) trará uma demanda maior de fiscalização. O universo de empresas e serviços a serem fiscalizados aumentará significativamente, o que exigirá mais preparo, tanto em termos de capacitação quanto de infraestrutura tecnológica.

“Durante a fase de transição, os auditores terão que lidar com o sistema atual do ICMS, ao mesmo tempo em que se adaptam ao novo IBS. Esse período será especialmente delicado para Santa Catarina, no qual o ICMS representa uma parcela expressiva da arrecadação estadual”, explica Daniel Salomão, Auditor Fiscal do estado.

A modernização da fiscalização passa por um processo de digitalização que já é uma realidade em muitos setores. Para garantir que o estado continue eficiente na arrecada-

ção, será fundamental investir em tecnologia e capacitação dos Auditores Fiscais, o que permitirá acompanhar de perto as transformações do sistema e garantir uma transição para o novo modelo.

O Auditor Fiscal Marcos Domingues, que atua no SAT – Sistema de Administração Tributária e no grupo de trabalho nacional da apuração do IBS, ressalta que a modernização tecnológica será indispensável: “A fiscalização digital e a integração de sistemas são fundamentais para garantir que os impostos sejam recolhidos de forma justa e eficiente. Isso, porém, exige um esforço significativo em capacitação e infraestrutura. Há uma urgência em nos prepararmos para o novo momento, de integração com União e Municípios e o grande aumento da base tributada, que amplia em aproximadamente três vezes o número de contribuintes. Com a mudança do princípio da origem para o destino, a realidade muda e teremos que ficar de olho na cadeia inteira, isso pode envolver empresas de outras Unidades Federativas”.

O presidente do Sindifisco/SC acredita que Santa Catarina, com sua economia diversificada e dinâmica, está bem posicionada para aproveitar as oportunidades trazidas pela reforma tributária. “Para isso, será essencial que o estado invista em tecnologia e qualificação dos Auditores Fiscais, garantindo uma transição eficiente para o novo modelo”, diz. Segundo Farenzena, o Sindifisco/SC está preparado para enfrentar os desafios, comprometido com a justiça fiscal, eficiência e transparência. “Com as mudanças previstas, Santa Catarina tem a oportunidade de fortalecer ainda mais sua arrecadação e garantir que os benefícios sejam sentidos por toda a sociedade”, conclui Farenzena.



Auditor Fiscal Ramon Medeiros participa de Audiência Pública na Câmara dos Deputados

Sindifisco/SC no cenário nacional

Para tratar da regulamentação da Reforma Tributária, a Câmara dos Deputados reuniu Auditores Fiscais e especialistas no tema em Audiência Pública. Representando Santa Catarina, o Auditor Fiscal e filiado ao Sindifisco/SC Ramon Medeiros participou da sessão que tratou de Regimes Diferenciados e reduções de alíquotas para produtos agropecuários, além de crédito presumido para produtores rurais.

“Importante destacar que foram incluídos no projeto de lei do IBS/CBS todos os regimes especiais tributação autorizados pela Constituição Federal e que, considerando que o texto constitucional atribui à lei definir quais as operações específicas serão contempladas, foram explicitados em lista, para cada setor, os serviços e os bens contemplados com benefício. Entendemos que dessa forma fica claro quando o benefício pode ou não ser utilizado, assegurando a necessária segurança jurídica tanto para o contribuinte como para o fisco”, pontuou o Auditor Fiscal catarinense, que é o representante dos Estados no Grupo de Trabalho 7 – Regimes Diferenciados.

Principais impactos e oportunidades

IMPOSTOS E O IMPACTO diferente nas famílias

A Reforma Tributária busca corrigir um problema antigo no Brasil: a regressividade dos impostos. Atualmente, os impostos sobre o consumo afetam mais as famílias de baixa renda do que as famílias mais ricas, uma realidade que se reflete também em Santa Catarina. Com custo de vida elevado em alguns setores e uma população que depende fortemente do consumo de bens essenciais, as famílias catarinenses de menor renda acabam comprometendo uma parte maior de seus ganhos com impostos embutidos em produtos como alimentos e energia. A proposta de devolução de parte do imposto pago para essas famílias, via cashback, pode ser um alívio importante e contribuir para reduzir as desigualdades sociais no estado.

EXEMPLO PRÁTICO
Uma família de baixa renda gasta quase todo o seu salário em bens essenciais como alimentos, energia e transporte. Isso significa que uma parte significativa da renda dessa família vai diretamente para pagar impostos embutidos nesses produtos. Em contrapartida, uma família mais rica sente menos o peso dos impostos, pois seus gastos com bens essenciais representam uma fração menor da renda total.

PROPOSTA DA REFORMA
A criação de mecanismos como a devolução de parte do imposto pago (cashback) para as famílias mais pobres, ajudando a equilibrar essa disparidade.

TRANSPARÊNCIA e o fim do "tributo por dentro"

Atualmente, muitos impostos são cobrados “por dentro”, ou seja, embutidos no preço final do produto. Isso dificulta para o consumidor entender quanto está pagando de imposto em cada compra. Em um estado com forte cultura de consumo e dinamismo econômico, a clareza sobre o peso dos impostos pode fortalecer a confiança dos catarinenses no sistema fiscal, permitindo um controle maior sobre seus gastos e contribuindo para a formação de um ambiente de consumo mais transparente.

EXEMPLO PRÁTICO
Quando você compra uma televisão por R\$ 2.000, não sabe exatamente quanto desse valor é imposto, pois ele já está embutido no preço. O sistema de tributação atual torna a composição do preço opaca para o consumidor.

PROPOSTA DA REFORMA
A Reforma propõe uma cobrança mais transparente dos impostos, permitindo que o consumidor veja claramente quanto está pagando de tributo em cada produto ou serviço adquirido.

A SIMPLIFICAÇÃO do sistema tributário

O sistema tributário brasileiro é conhecido por sua complexidade, com milhares de normas diferentes que variam entre estados e municípios. Isso cria dificuldades para as empresas e acaba por impactar negativamente o ambiente de negócios, principalmente para as pequenas e médias empresas. Santa Catarina, com seu setor empresarial dinâmico, pode se beneficiar da simplificação tributária proposta.

EXEMPLO PRÁTICO
Hoje, uma pequena empresa em Santa Catarina pode gastar até três vezes mais tempo com obrigações contábeis do que empresas em países com sistemas mais simplificados. Isso reduz a capacidade de investimento e crescimento dessas empresas, que precisam desviar recursos para lidar com a burocracia fiscal.

PROPOSTA DA REFORMA
A criação de um imposto unificado sobre o consumo, que reduziria significativamente a quantidade de normas e simplificaria o processo de cálculo e pagamento de impostos.

FIM DA guerra fiscal

A guerra fiscal entre os estados, em que governos locais oferecem incentivos fiscais para atrair empresas, pode gerar desigualdades regionais e prejudicar a arrecadação de estados menos competitivos. Santa Catarina, embora competitiva em muitos setores, enfrenta desafios quando grandes empresas são atraídas para outros estados por meio de incentivos fiscais. A proposta de redistribuir a arrecadação com base no local de consumo, e não no de produção, pode beneficiar o estado, já que, com uma economia diversificada e forte consumo interno, Santa Catarina poderia aumentar sua arrecadação de forma mais equitativa, sem prejudicar o desenvolvimento regional.

EXEMPLO PRÁTICO
Uma empresa pode optar por instalar sua fábrica em um estado que oferece incentivos fiscais, mesmo que a produção seja menos eficiente lá. No longo prazo, isso enfraquece as regiões que não conseguem oferecer os mesmos benefícios e prejudica o equilíbrio do desenvolvimento econômico.

PROPOSTA DA REFORMA
A arrecadação do imposto será feita no estado onde o produto ou serviço é consumido, e não onde ele é produzido, o que torna o sistema mais justo e equitativo entre as regiões.



A implementação do fundo não é apenas um instrumento necessário para a administração tributária; ela impacta diretamente toda a sociedade catarinense. Com um sistema fiscal mais eficiente e justo, o estado poderá garantir maior arrecadação para investimentos em saúde, educação, infraestrutura e outros serviços públicos essenciais”

José Farenzena, presidente do Sindifisco/SC

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FUNDO ESTRATÉGICO PARA GARANTIR SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO FISCAL EM SC

Estado aposta em inovação, eficiência e justiça fiscal para enfrentar os desafios trazidos pela Reforma Tributária

A Reforma Tributária representa uma transformação histórica no modelo fiscal brasileiro, alterando a base de tributação e as formas de arrecadação. Essa transição exige que os fiscos estaduais adotem tecnologias avançadas, invistam na capacitação de seus profissionais e garantam a continuidade das operações com eficiência.

As mudanças no sistema fiscal brasileiro serão profundas e exigirão das administrações estaduais adaptação, eficiência e modernização. Nesse contexto, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou um Projeto de Lei para criação do FEAT (Fundo Estratégico da Administração Tributária), um fundo próprio que garantirá recursos necessários para modernizar e aprimorar a gestão tributária no estado. A proposta visa instituir um fundo específico no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda, retomando um modelo que existiu até 2019, mas com uma nova estrutura, mais moderna, com uma regulamentação adequada e uma governança fortalecida. A criação do fundo, instituído pela Lei nº 19173/2025, busca atender as necessidades

tecnológicas, de capacitação profissional e de planejamento estratégico, que são essenciais para enfrentar os desafios impostos pela Reforma.


“Santa Catarina, como um estado que se destaca em gestão e inovação, precisa estar preparado para implementar as mudanças de maneira eficiente, mantendo a arrecadação estável e promovendo justiça fiscal”, avalia José Farenzena, presidente do Sindifisco/SC. Ele destaca que a maioria dos estados brasileiros já possui fundos similares, garantindo recursos prioritários para suas administrações tributárias. Para Farenzena, o fundo próprio será um instrumento essencial para que Santa Catarina mantenha seu protagonismo na gestão fiscal. “Sem ele, a administração tributária poderia enfrentar dificuldades em se adaptar às novas exigências, comprometendo a arrecadação e a aplicação de políticas públicas. A liderança do Secretário Cleverton Siewert no processo, a construção pela Diretoria de Administração Tributária, o suporte do Sindifisco e o apoio dos parlamentares foram fundamentais para a aprovação da medida”, completa.


Mais segurança ao gestor


Diferentemente do modelo anterior, o novo fundo terá uma regulamentação detalhada, com segurança jurídica para sua aplicação e transparência em sua gestão. A proposta também representa um compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal.


A implementação do fundo não é apenas um instrumento necessário para a administração tributária; ela impacta diretamente toda a sociedade catarinense. Com um sistema fiscal mais eficiente e justo, o estado poderá garantir maior arrecadação para investimentos em saúde, educação, infraestrutura e outros serviços públicos essenciais. Ao estabelecer regras claras e um conselho gestor plural, o projeto reforça a confiança no uso dos recursos públicos.

A proposta divide a regulamentação em quatro pilares principais:

 **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**
Com base na Constituição Federal, a instituição do fundo assegura recursos prioritários para a realização das atividades da administração tributária, atividade essencial ao funcionamento do Estado.

 **PREVISÃO DE RECEITAS**
Detalhamento das fontes de recursos que irão compor o fundo, garantindo sustentabilidade financeira.

 **DESPESAS PLANEJADAS**
Definição clara de quais áreas e projetos poderão ser financiados, como modernização tecnológica, capacitação e projetos de modernização.

 **GESTÃO E GOVERNANÇA**
A criação de um conselho diretor, cujo presidente é o Secretário da Fazenda, composto por membros Diretoria de Administração Tributária e de conselheiros indicados pela entidade de representação sindical dos Auditores Fiscais, trará maior transparência e controle na aplicação dos recursos.

RECUPERA MAIS

RESULTADOS POSITIVOS PARA OS COFRES DO ESTADO

Sistema inédito foi desenvolvido por Auditores Fiscais de SC

O Recupera Mais, lançado em janeiro de 2024 e instituído pela Lei nº 18.819, representa o programa de recuperação fiscal mais ambicioso da história de Santa Catarina. Com a meta de regularizar débitos de ICMS gerados até 31 de dezembro de 2022, o programa ofereceu alternativas inéditas e flexíveis para contribuintes com dívidas tributárias. O programa trouxe resultados excepcionais, arrecadando mais de R\$ 1,2 bilhão até outubro de 2024, com a adesão de quase 12 mil contribuintes, dos quais 3.487 pagaram à vista e 8.266 parcelaram os débitos. A previsão é de que ocorra o pagamento de outros R\$ 2,9 bilhões em dívidas de ICMS até 2030.

As condições do Recupera Mais tornaram o programa acessível e vantajoso, com descontos de até 95% sobre multas e juros para pagamentos à vista realizados entre 15 de janeiro e 1º de abril de 2024. Para pagamentos parcelados, o programa ofereceu reduções escalonadas que variaram conforme o número de parcelas: 90% de desconto para até 12 parcelas, 80% para 24, e assim por diante, chegando a 40% para o parcelamento máximo de 72 vezes. A maior adesão ao programa partiu do setor supermercadista (8%), seguido pelos setores de fabricação de biocombustíveis (7%) e do comércio de combustíveis (7%). O comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria (6%) e o transporte rodoviário de cargas (5%) também tiveram participações expressivas nas renegociações.

A atuação da Diretoria de Administração Tributária, aliada ao empenho da gerência de cobrança administrativa e de todos os servidores envolvidos, sustenta o sucesso do programa. O sistema desenvolvido pelos auditores e analistas fiscais catarinenses tornou o processo de adesão mais dinâmico e acessível, simplificando o relacionamento entre os contribuintes e a Secretaria da Fazenda. O trabalho intenso e colaborativo durante os meses de vigência do programa foi determinante para o alcance de resultados históricos na recuperação de créditos tributários.

“A economia de Santa Catarina, diversificada e resiliente, tem se beneficiado de um cenário nacional favorável. Nos primeiros meses de 2024, o PIB do Brasil cresceu acima das expectativas, impulsionado por um crescimento generalizado na atividade econômica. Esse contexto positivo contribuiu para o sucesso do Recupera Mais, ampliando ainda mais os efeitos benéficos do programa”, pontua o presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena.

Os resultados permitem que Santa Catarina reinvesta esses recursos em setores primordiais, como educação, saúde e infraestrutura. Com o cenário econômico favorável do início de 2024, o ambiente para adesão ao programa se mostrou propício.

“O sucesso do programa é um indicativo de que, com estratégias bem delineadas e um esforço coletivo dos servidores públicos, nosso estado pode continuar a alcançar resultados notáveis em infraestrutura, educação, saúde e outros setores essenciais para a população”, explica o Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda de SC Leonardo Paccini.



EXTINÇÃO DA DIME

SC IMPLEMENTA MUDANÇAS NA DECLARAÇÃO FISCAL PARA 2025

A administração tributária de Santa Catarina anunciou uma mudança significativa na rotina fiscal do estado: a extinção da DIME (Declaração do ICMS e do Movimento Econômico) a partir de abril de 2025. A medida faz parte de um projeto estratégico da Gerência de Sistemas de Administração Tributária (GESIT), que busca simplificar e modernizar o processo de apuração fiscal por meio da EFD (Escrituração Fiscal Digital). A DIME, utilizada há anos pelos contribuintes catarinenses

para a apuração de ICMS, será substituída pela EFD ICMS/IPI. Essa transição reflete a busca por maior eficiência, padronização e qualidade nos dados tributários, além de reduzir redundâncias nas obrigações acessórias. A decisão baseia-se em um longo processo de análise e ajuste das inconsistências entre as declarações da DIME e da EFD. Segundo o cronograma oficial, os setores econômicos passarão por uma fase de transição, com adesão voluntária inicial e obrigatoriedade progressiva.

Cronograma e pré-requisitos

A adoção definitiva da EFD depende de pré-requisitos rigorosos, como a equivalência dos valores declarados entre a DIME e a EFD em 2024. Para isso, a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina (SEF) está implementando melhorias nas Malhas Fiscais e nos processos de validação pré e pós-declaração.

Além disso, um calendário para a adesão espontânea será disponibilizado, priorizando setores como farmácias e transportes. A partir de abril de 2025, os contribuintes desses setores poderão assinar o termo de dispensa da DIME, optando exclusivamente pela EFD como ferramenta declaratória.

Com a mudança, a administração tributária espera ganhos significativos, como a melhoria na qualidade dos dados, com a redução de inconsistências como créditos indevidos e omissões de notas fiscais, a automatização de processos e maior precisão no controle de créditos acu-

mulados e a simplificação no cumprimento de obrigações acessórias e eliminação de redundâncias.

Segundo dados da GESIT, inconsistências frequentes como créditos indevidos ou declarações divergentes entre a DIME e a EFD serão minimizadas, promovendo um ambiente mais transparente e confiável.

“A mudança marca um novo capítulo na administração tributária de Santa Catarina, alinhando-se às melhores práticas de eficiência e inovação no setor público. Vale ressaltar que, para que a população consiga receber os resultados positivos com a mudança, é fundamental que os profissionais de contabilidade façam os ajustes na EFD para que a transição seja efetivada completamente. Sem os ajustes, não há transição”, explica o Auditor Fiscal Marcos Antônio Ferreira Domingues, que ministrou, em 2024, diversas palestras pelo Estado falando sobre as mudanças.



JOGOS FAZENDÁRIOS DE 2024 COM RECORDE DE PÚBLICO, EVENTO É REALIZADO EM FLORIANÓPOLIS

Confraternização reuniu servidores e familiares na sede da Affesc



Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2024, mais de 550 servidores públicos e familiares estiveram reunidos na Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Affesc), em Florianópolis, para participar dos Jogos Fazendários 2024. Promovido pelo Sindifisco/SC com apoio de outras entidades, o evento contou com diversas modalidades de esportes, atividades recreativas e momentos de descontração.

abordando as ações para os próximos meses e medidas para ampliar as matrizes econômicas do Estado.

“Temos o desafio de pensar a infraestrutura e as demais engrenagens do Estado de maneira disruptiva, com ações de alto impacto e que tenham potencial para revolucionar Santa Catarina nos próximos anos. Contamos com mão de obra altamente qualificada, tecnologia, e um setor produtivo forte. Podemos contribuir para fazer um futuro ainda melhor para todos os catarinenses”, reforçou o secretário da SEF/SC.

De acordo com o presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena, “os Jogos Fazendários são uma oportunidade de fortalecer a união e integração entre os servidores da Fazenda e familiares. Nos três dias de programação, reforçamos o espírito de equipe e celebramos a amizade. Nosso sentimento é de gratidão e alegria por proporcionarmos mais uma edição dos Jogos”.

Os Jogos de 2024 foram organizados pelo Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco/SC), Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Santa Catarina (Affesc), Sindicato dos Auditores Estaduais de Finanças Públicas de Santa Catarina (Sindaf), Sindicato dos Analistas da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (Sindifaz), Associação dos Analistas da Receita Estadual IV (Anare) e contaram com apoio da SEF/SC.

Na abertura do encontro, o presidente da Affesc, Auditor Fiscal filiado ao Sindifisco/SC, Ari Pritsch, deu as boas-vindas aos participantes. Na sequência, o secretário da Fazenda (SEF/SC), Cleverson Siewert, ministrou palestra



CRESCIMENTO

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: O VERDADEIRO MOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO EM 2024

Durante o ano de 2024 testemunhamos um crescimento econômico notável em Santa Catarina, refletido nos números da receita tributária estadual. Até o mês de dezembro, observamos uma arrecadação total acumulada superior a R\$ 54 bilhões, o que resulta num crescimento nominal de 17,2% em relação ao ano de 2023. Tal resultado, ajustado pela inflação (INPC = 4,9%), denota um crescimento real de 12,3%, um desempenho excepcional comparado aos indicadores econômicos nacionais e da própria economia catarinense.

Esse crescimento supera os indicadores da atividade econômica do país, a exemplo do crescimento nominal do PIB brasileiro. Todos os setores econômicos, com poucas variações pontuais, apresentaram crescimento ou estabilidade. Isso indica que a economia catarinense está em ascensão, com destaque para setores como indústria, agroindústria, telecomunicações, energia, automóveis, combustíveis, bebidas, material de construção e redes de varejo. Segundo dados da Federação da Indústria e Comércio de Santa Catarina – FIESC, a indústria foi beneficiada pela melhora nas condições de crédito no mercado interno e pela forte demanda externa resultante, principalmente, das exportações para os Estados Unidos. Somente as exportações de motores elétricos, tiveram um incremento de 28,3% até o mês de setembro.

No acumulado do ano, Santa Catarina registrou a criação de 149 mil novos postos de trabalho formal, mantendo-se sempre na liderança da formalidade e entre os maiores geradores de emprego do país. O índice de desemprego medido também é o menor entre os estados, com 3,2%. Nesse sentido, é válido destacar que algumas regiões catarinenses, como o Oeste, apresentam uma situação considerada anômala, de índice de desemprego zero. Isso leva a necessidade de deslocar centenas de trabalhadores de outro estado vizinho diariamente, a fim de atender a demanda da agroindústria, por exemplo.

Com a criação de 250.524 novas empresas em 2024, nosso estado segue como referência em empreendedorismo. Este crescimento impressionante, com aumento de 11,9% em relação a 2023, é reflexo de um ambiente de negócios favorável e de políticas públicas que simplificam processos.

A combinação de consumo interno robusto e atividades voltadas para a exportação, especialmente nos setores metalmeccânico e agroindustrial, tem sido o motor fundamental para este crescimento. A agroindústria e a indústria metalmeccânica, com forte demanda no mercado interno e externo, continuam a bater recordes, impulsionando toda a economia estadual.

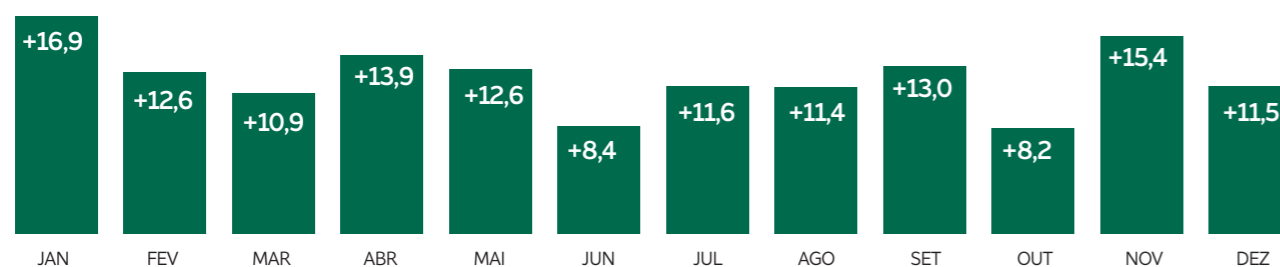
Investimentos industriais significativos têm levado a economia de Santa Catarina a um crescimento sustentado. As políticas públicas concebidas e implementadas pela Administração Tributária, a exemplo do PRODEC, têm elevado significativamente o nível de investimentos no estado. Desde o início de 2023 o programa já aprovou mais de R\$ 5 bilhões de novos investimentos. No âmbito nacional, anúncios de investimentos na indústria siderúrgica e automotiva são exemplos claros dessa tendência e criam um ciclo econômico virtuoso, alavancando ainda mais o nosso crescimento econômico.

No comércio internacional, as exportações catarinenses foram afetadas negativamente até o mês de agosto de 2024, principalmente, em razão da redução da atividade econômica na China, um dos principais mercados de destino de produtos alimentícios, notadamente das carnes de aves e suínos produzidas pela agroindústria local. No entanto, a partir de setembro observou-se notável melhora desse quadro, fundamentada principalmente no forte incremento nas exportações de produtos de alto valor agregado, como motores elétricos, compressores, dispositivos de automação industrial e produtos da indústria madeireira, para mercados como o México e Estados Unidos.

Dados de 2024

Crescimento real da arrecadação, já descontada a inflação, na comparação com o mesmo mês de 2023

VALORES EM %



Em 2024, Santa Catarina registrou crescimento nominal de 17,2% na arrecadação tributária

Outro fator que reforçou a retomada nas exportações catarinenses foi o reinício das operações do Porto de Itajaí, sob concessão de uma das maiores empresas globais, que atua na produção e exportação de proteína animal. Tal fato assegura o retorno em plena capacidade dessas operações portuárias, que se configuram fundamentais para o crescimento sustentado da economia de Santa Catarina, no âmbito do comércio internacional.

O programa Recupera Mais obteve como resultado até o mês de outubro um montante de R\$ 1,2 bilhão, que somente foram alcançados a partir do trabalho árduo, da dedicação e do comprometimento dos membros da Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da Secretaria de Fazenda, especialmente os servidores da Gerência Central (GECOB), das Gerências Estaduais da Fazenda, dos Auditores Fiscais integrantes dos Grupos Especialistas Setoriais e da Gerência de Sistemas (GESIT), que viabilizaram a operacionalização do programa conforme previsto em lei própria.

As atividades desenvolvidas pela Administração Tributária têm sido fundamentais para a melhora da situação fiscal do estado, promovendo a estabilidade das contas públicas, ao atuar de forma preventiva sobre práticas contábeis e fiscais incorretas ou fraudulentas, promovendo e fortalecendo o ingresso imediato de receitas tributárias nos cofres públicos. Essa contínua disponibilidade de recursos financeiros em caixa, oriundos da excelente receita tributária do Estado, tem sido fundamental para a execução de projetos estruturantes, a exemplo dos programas Estrada Boa e Universidade Gratuita, e para o fortalecimento das ações da Defesa Civil.

As Malhas Fiscais operam 30 modalidades distintas de controle e acompanhamento, possibilitando a recuperação

de aproximadamente R\$50 milhões mensais, além de promover um efeito saneador que reflete permanentemente na arrecadação. Tais ferramentas, desenvolvidas e operadas exclusivamente por Auditores Fiscais, são fundamentais para identificar inconsistências na apuração de impostos de forma praticamente imediata e promover a regularização espontânea por parte dos contribuintes.

Outro desempenho notável a ser destacado foi o marco histórico obtido na arrecadação do ITCMD, que no mês de dezembro ultrapassou pela primeira vez o montante de R\$ 1 bilhão. Essa marca é resultado direto da atuação e do trabalho incansável dos Auditores Fiscais e Analistas que atuam na Gerência do ITCMD, na DIAT, bem como de todos os servidores das Gerências Regionais que atuam no controle, acompanhamento e cobrança desse importante tributo estadual.

No último quadrimestre de 2024, a arrecadação geral registrou resultados excepcionais, superando até mesmo as previsões mais otimistas. O destaque ficou para novembro, com um crescimento nominal de 20,9% em relação ao mesmo período de 2023. Dezembro também apresentou um desempenho expressivo, com um aumento nominal de 17%, elevando a arrecadação mensal total do Estado a mais de R\$ 4,6 bilhões.



Investimentos na indústria siderúrgica e automotiva alavancam o crescimento nacional

O cenário global projeta para o próximo ano grandes desafios. A crescente complexidade nas relações comerciais multilaterais e os conflitos armados, na Europa e no Oriente Médio, aliados às instabilidades geopolíticas regionais, representam um grande desafio, especialmente em relação aos preços das matérias-primas estratégicas e a própria cotação do dólar. No entanto, para setores fortemente exportadores e diversificados, como o metalmeccânico, derivados de madeira e o agroindustrial, a cotação do dólar pode reforçar ainda mais a lucratividade desses importantes setores da economia catarinense.

Com um desempenho fiscal exemplar e uma economia diversificada, Santa Catarina está muito bem preparada para manter este resultado robusto ao longo do ano de 2025. O esforço fiscal conduzido pelos Auditores Fiscais, aliado à resiliência e inovação dos setores produtivos, têm sido fundamentais para este sucesso. Continuar neste caminho exige vigilância e atividade coordenadas constantes da Administração Tributária, sobre as variáveis econômicas globais, bem como sobre o desempenho de todos os setores econômicos sob sua responsabilidade.



ARTIGO

A revolução da Inteligência Artificial na Administração Tributária brasileira

LEANDRO MACHADO DA SILVEIRA

Auditor Fiscal da SEF/SC

A administração tributária no Brasil enfrenta desafios cada vez mais complexos. Com o crescimento da quantidade de empresas e a sofisticação da legislação tributária, os Fiscos precisam se adaptar a um cenário de constante evolução. Além disso, a escassez de recursos humanos exige soluções inovadoras que possam garantir a eficiência e eficácia na arrecadação de tributos. É nesse contexto que se insere o Projeto Open Eye, uma ferramenta desenvolvida por Auditores Fiscais de Santa Catarina, que tem se destacado por sua capacidade de aprimorar a fiscalização tributária no Estado e gerar resultados expressivos para os cofres públicos.

A Open Eye, um sistema de Inteligência Artificial (IA), foi criado com o objetivo de otimizar a atuação dos Auditores Fiscais, permitindo a fiscalização de diversas empresas de um setor em questão de dias, enquanto antes esse processo poderia levar meses ou até anos. Com a implementação dessa ferramenta, um único auditor é capaz de monitorar e verificar centenas de empresas simultaneamente, o que resulta em uma economia significativa de recursos humanos e financeiros.

Essa inovação foi tão impactante que, em 2024, o projeto foi reconhecido como finalista do Prêmio Nacional TRIBUTARE, conquistando o honroso 2º lugar, entre 46 concorrentes de diversas esferas do governo. Esse prêmio, que visa identificar e divulgar as melhores práticas na administração tributária, reflete o reconhecimento do potencial transformador da Open Eye, que contribui para a melhoria

do relacionamento entre o fisco e o contribuinte, além de qualificar o ambiente de negócios no país.

Os resultados alcançados pela Open Eye são impressionantes. Em 2024, a ferramenta gerou mais de R\$ 80 milhões em regularizações de ICMS para o Estado de Santa Catarina. Isso ocorreu graças à sua capacidade de realizar fiscalizações inteligentes e automatizadas. A IA por trás do sistema é capaz de identificar, com precisão, mercadorias comercializadas pelos contribuintes, contribuindo para a correta tributação e identificação de possíveis irregularidades.

A atuação da Open Eye abrange diversas áreas, como a verificação de alíquotas corretas, o acompanhamento de benefícios fiscais, o controle de créditos presumidos e o estorno de créditos fiscais em setores como o da cesta básica. Essa abordagem multifacetada torna o sistema ainda mais valioso, pois permite a realização de fiscalizações mais detalhadas e abrangentes, com a possibilidade de auditar diversos aspectos de uma operação de forma simultânea.

O grande diferencial do Open Eye está em sua capacidade de reduzir significativamente a necessidade de mão de obra adicional. A automação e a inteligência por trás do sistema permitem que um Auditor Fiscalize diversas empresas ao mesmo tempo, o que resulta em maior eficiência e menores custos operacionais. Além disso, esse modelo gera um superávit crescente, com a previsão de alcançar R\$ 160 milhões em regularização de ICMS em 2025, dobrando os resultados de 2024.



ARTIGO

Sobre o desequilíbrio federativo na distribuição das receitas tributárias

SÉRGIO PINETTI

Auditor Fiscal da SEF/SC

O modelo de organização social e política implementado por meio da Constituição Federal de 1988, assimila as funções do estado moderno surgido no período pós Segunda Guerra Mundial. Neste modelo, o estado ocupa o papel central da organização da ordem jurídica e social, onde instituições estatais produzem regulação e implementam os mecanismos de controle necessários, com a finalidade de garantir seu funcionamento adequado, procurando assegurar um nível ótimo de coesão social e legal, levando ao estabelecimento de um mercado concorrencial justo, que produz eficiência alocativa, fomentando o investimento privado, o crescimento econômico e a redução das desigualdades.

Este é o modelo que pode ser facilmente identificado nas democracias plenas, a exemplo dos cinco países nórdicos, do Canadá, da França, da Alemanha e do Japão, e que no Brasil, obviamente, tem como maior expressão o próprio Estado de Santa Catarina.

Este modelo de organização social e política, ao demandar fortemente a prestação de serviços públicos de qualidade à população exige uma atenção plena às funções estatais que viabilizam o atendimento às demandas de financiamento do setor público. A própria Constituição Federal de 1988 consagra essa prioridade ao estabelecer, no inciso XXII do seu Art. 37, que a Administração Tributária, e seus membros Auditores Fiscais, desempenham atividades essenciais ao funcionamento do estado, devendo ser providos com os recursos necessários ao pleno exercício de suas prerrogativas.

No âmbito do estado moderno, as políticas públicas devem inclusive ter como objeto as atividades do setor privado, principalmente quando áreas estratégicas para o país estão sob domínio de empresas privadas. Neste sentido, as questões relativas ao comércio exterior, ao domínio de tecnologias estratégicas, à posse e à utilização de terras agricultáveis, recursos hídricos, reservas minerais

e reservas florestais devem estar sobre regramento legal objetivo e restritivo, sendo absolutamente necessário o controle estatal, por meio de instituições fortes e atuantes, a fim de que a própria soberania e autonomia do país não sejam ameaçadas por interesses externos.

Absolutamente necessário sempre ter em mente a primeira regra de ouro da diplomacia internacional: países não têm amigos, apenas interesses. Com base nesse princípio se estabeleceram as mais diversas alianças geopolíticas, militares e os acordos de comércio internacional.

Após breve preâmbulo, seguimos na análise dos complexos mecanismos de tributação, e de repartição das respectivas receitas financeiras obtidas, reafirmando que jamais devem ser realizadas de forma superficial ou apressada. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um conjunto de princípios e regras legais que definem as competências tributárias privativas e residuais que possibilitam à União, aos estados e municípios a obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento de suas obrigações quanto à prestação de serviços à sociedade.

Frequentemente nos deparamos na mídia com avaliações e artigos de opinião discorrendo sobre o desequilíbrio observado entre o montante de tributos federais arrecadados no Estado de Santa Catarina, por contribuintes pessoa física e jurídica, e o retorno provido pelo governo central, seja de forma direta, por meio do Fundo de Participação dos Estados – FPE, Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou ainda em investimentos federais diretos por meio de obras nas infraestruturas locais essenciais.

Tomando por base o exercício fiscal de 2023, os repasses do FPE e IPI Exportação, ao Estado de Santa Catarina totalizaram R\$2,314 bilhões. Já o FPM destinou aos 495 municípios catarinenses um total de R\$7,260 bilhões. Assim, de forma direta e imediata, por meio das transferências constitucionais, os entes subnacionais do Estado de Santa Catarina obtiveram o retorno total de R\$9,574 bilhões.

Entretanto, a destinação de recursos federais aos entes subnacionais, derivada tanto de regras constitucionais próprias, quanto de leis complementares que criaram e regulamentam os fundos específicos destinados ao custeio e ao financiamento de políticas públicas prioritárias, a exemplo da educação (FUNDEB), saúde (SUS, FNS) e agricultura (PROAGRO, PRONAF) é vasta e complexa. Segundo dados do IPEA, existem cerca de 85 fundos federais em operação para o custeio de políticas públicas. Em rápido comentário, somente o Plano Safra, que destina recursos orçamentários federais subsidiados para o custeio da agricultura, somou na safra 2022/2023 cerca de R\$364,22 bilhões. Os recursos orçamentários federais destinados à complementação do FUNDEB somaram, em 2023, cerca de R\$40 bilhões.

É notável e conhecido, que o item de maior valor no orçamento da União é composto pelas despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e da assistência social. Em termos reais, segundo dados do Tribunal de Contas da União – TCU, as despesas previdenciárias da União totalizaram, no ano de 2023, mais de R\$1,066 tri-

lhão. É nesse ponto específico que é possível perceber o quanto a União destina, de forma direta, e a cada um dos beneficiários catarinenses, um montante de recursos financeiros que no exercício de 2023, totalizou R\$37,8 bilhões.

Transferências diretas aos cidadãos catarinenses
R\$ 37,8 bilhões em benefícios sociais em 2023, sendo:

R\$ 1,9 bilhão

em Bolsa Família

R\$ 1,2 bilhão

Benefício de Prestação Continuada

R\$ 38,6 milhões

Auxílio Gás

R\$ 2,1 bilhões

Seguro-Desemprego

R\$ 32,5 bilhões

Benefícios previdenciários.

Transferências constitucionais e legais (fundos)
para o estado e seus municípios

R\$ 25 bilhões foram transferidos ao estado e seus municípios em 2023:

R\$ 7,7 bilhões

foram para o estado

R\$ 17,3 bilhões

foram para os municípios

Assim, as transferências constitucionais, legais e dos diversos fundos relativos a projetos e políticas públicas, somadas aos pagamentos diretos ao cidadão de benefícios previdenciários e de assistência social, totalizaram no exercício de 2023, o montante de R\$62,8 bilhões.

Por outro lado, a arrecadação dos tributos e contribuições federais sob responsabilidade de contribuintes catarinenses, pessoa física e jurídica, totalizou, no exercício de 2023, um montante de aproximadamente R\$113 bilhões.

Conforme é possível concluir, em rápida análise dos dados da tabela a seguir, mais de 50% da arrecadação federal no estado de Santa Catarina tem natureza previ-

denciária e de assistência social, justamente para viabilizar o pagamento dessas modalidades de benefícios, sob responsabilidade da União.

RECEITA POR TRIBUTO E CONTRIBUIÇÃO FEDERAL

TRIBUTO	VALOR
Receitas Previdenciárias	31.834.259.183,00
Cofins - Demais	24.565.830.560,00
Imposto Sobre Importação	11.628.771.207,70
IRPJ - Demais empresas	10.954.580.516,10
Contribuição para o Pis/Pasep - Demais	6.108.867.316,50
CSLL - Demais	5.619.464.093,90
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.998.991.027,90
IPI - Vinculado à Importação	4.811.057.993,60
IPI - Outros	3.437.059.190,20
IRPF	2.712.181.995,96
IRRF - Rendimentos do Capital	1.435.786.936,50
Outras Receitas Administradas	1.052.729.261,38
Imposto sobre Operações Financeiras	862.112.887,60
CPSSS - Contribuição p/ o Plano de Seguridade Social Serv. Público	838.566.415,10
Administradas por outros órgãos	533.384.326,52
IRRF - Remessas para o Exterior	501.112.405,04
IPI - Automóveis	408.567.509,38
IRRF - Outros Rendimentos	355.616.831,66
IRPJ - Entidades Financeiras	90.640.522,04
IPI - Bebidas	87.987.542,03
CSLL - Financeiras	60.286.728,19
Imposto Territorial Rural	58.575.638,71
Cofins - Financeiras	32.316.942,53
Contribuição para o Pis/Pasep - Financeiras	5.302.799,91
Imposto sobre exportação	107.479,87
Cide-Combustíveis	6.942,51
IPI - Fumo	1.373,26
Receitas Tributárias Federais arrecadadas em SC em 2023	112.994.165.627,09

A partir da análise dessas informações, facilmente acessíveis nas bases de dados dos órgãos de controle federal, e da própria Secretaria da Receita Federal, é possível estabelecer com precisão que para cada Real arrecadado em Santa Catarina, a partir dos tributos derivados da competência tributária da União, a sociedade catarinense obtém, como retorno direto e indireto (FPM, FPE e fundos) 56 centavos.

A ausência de proporcionalidade entre os valores arrecadados e os investimentos da União, levaram ao longo das últimas décadas, ao estabelecimento de diversas deficiências crônicas, notadamente na infraestrutura do estado. As rodovias federais que cortam Santa Catarina recebem, historicamente, recursos federais muito aquém da real necessidade, sendo que, somente a partir de 2023, voltaram a ser contempladas com volume de investimentos federais necessários à execução de obras de duplicação, conservação e melhorias em geral.

Nos parece bastante claro, portanto, que o pacto federativo, concebido a partir das regras legais derivadas da Constituição Federal de 1988, com o objetivo maior aprimorar a distribuição de renda no país e reduzir desigualdades regionais, não operou conforme previsto. Embora o estado de Santa Catarina tenha alcançado os melhores indicadores

sociais do país, como IDH, longevidade, menor índice de desemprego e a menor desigualdade social do país, todas essas conquistas, nas últimas três décadas, basearam-se primordialmente no crescimento dos recursos financeiros próprios, a partir do maior índice de crescimento da arrecadação tributária estadual, quando comparada aos demais estados do país. Foi exatamente essa disponibilidade de recursos financeiros próprios, obtidos a partir das atividades da Administração Tributária, que sempre operou no mais elevado nível de excelência, que transformou Santa Catarina no estado mais próspero do país. Logo, se faz necessário redefinir os critérios de divisão dos impostos federais arrecadados nas unidades federadas, até mesmo pelo fato de que algumas regras constitucionais não se justificam mais após 35 anos, considerando as enormes transformações observáveis na economia nacional e nas economias regionais ocorridas ao longo desse período.

Fontes de dados:

- CGU: <https://portaldatransparencia.gov.br/transferencias?ano=2023>
- STN: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>
- RFB: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/resultados-da-arrecadacao>

O ministro José Roberto Fachin presidiu a sessão que deu a vitória a SC



A Secretaria da Fazenda de SC e a Procuradoria Geral do Estado demonstraram o valor da união entre conhecimento técnico e defesa jurídica qualificada, garantindo que o acesso às informações financeiras continue sendo uma ferramenta essencial para a arrecadação tributária e para a promoção de uma concorrência leal”

José Farenzena, presidente do Sindifisco/SC

ATUAÇÃO DECISIVA

VITÓRIA DE SC:

STF DECIDE A FAVOR DO FISCO NO COMBATE À SONEGAÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO

Derrubada da ADI 7276, ação que tentava limitar o acesso dos fiscos estaduais às informações financeiras dos contribuintes, é um marco na história da fiscalização tributária no Brasil, e Santa Catarina desempenhou um papel de destaque nesse processo

Em uma decisão histórica que destaca o protagonismo de Santa Catarina, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, na última sexta-feira, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7276, proposta pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). A ação tentava limitar o acesso dos fiscos estaduais às informações financeiras dos contribuintes. O julgamento, conduzido pela ministra Cármen Lúcia, reforçou que a coleta desses dados pelos estados não configura quebra de sigilo bancário, mas sim uma transferência legítima e necessária de sigilo, onde a confidencialidade das informações continua preservada sob o controle do fisco.

O Estado de Santa Catarina, que tem sido pioneiro na

defesa do acesso às informações financeiras para fins de fiscalização, foi representado juridicamente pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e tecnicamente pela Secretaria da Fazenda (SEF/SC), que tem expertise no uso dessas informações desde 2001. Essa bandeira histórica do fisco catarinense culminou em uma vitória importante para garantir a arrecadação e preservar a concorrência leal entre os contribuintes, colocando o Estado na vanguarda da fiscalização tributária no Brasil.

Essa bandeira histórica do fisco catarinense culminou em uma vitória importante não só para os catarinenses, mas para todos os demais Estados e o DF, garantindo a arrecadação e preservando a concorrência leal entre os contribuintes, colocando Santa Catarina na vanguarda da fiscalização tributária no Brasil.

“A Secretaria da Fazenda de SC e a Procuradoria Geral do Estado demonstraram o valor da união entre conhecimento técnico e defesa jurídica qualificada, garantindo que o acesso

às informações financeiras continue sendo uma ferramenta essencial para a arrecadação tributária e para a promoção de uma concorrência leal”, resumiu o presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena.

A evolução do acesso às informações financeiras

Com o surgimento das maquininhas de pagamento e novas formas digitais de transação, como o Pix, a SEF/SC percebeu, por volta de 2015, que as informações até então recebidas estavam ficando defasadas. Em resposta, os Auditores Fiscais catarinenses adotaram, em 2020, a Declaração das Informações de Meios de Pagamento (DIMP), que ampliou significativamente o acesso às informações financeiras, tornando o sistema de fiscalização mais robusto e eficaz.

Essa era uma bandeira histórica do fisco catarinense, que, com o encerramento do julgamento da ADI 7276, teve sua luta consolidada. A DIMP se tornou uma ferramenta indispensável para a atuação dos fiscais, permitindo o acesso a dados que antes eram omitidos pelas mudanças no setor financeiro.

O Auditor Fiscal Thiago Chaves, que atuou diretamente no processo, foi um dos responsáveis por fornecer os subsídios técnicos necessários para a defesa jurídica do Estado. Seu trabalho foi fundamental para demonstrar ao STF a necessidade de manter o acesso às informações financeiras como um instrumento legítimo de combate à sonegação de impostos e ao crime organizado. “A Procuradoria Geral do Estado, especialmente o Procurador do Estado Daniel Rodrigues, em parceria com a Fazenda, coordenou uma defesa robusta que reforçou o direito do fisco estadual de acessar essas informações, garantindo uma fiscalização mais eficaz e justa”, avaliou.

Sigilo continua preservado

O principal argumento da CONSIF na ADI 7276 era de que o compartilhamento de informações financeiras com os fiscos estaduais violaria o sigilo bancário dos contribuintes. Contudo, o Estado de Santa Catarina defendeu, com sucesso, que essa transferência de sigilo é legítima e necessária para fins fiscais, e que o sigilo bancário continua preservado. O que ocorre é apenas a transferência desse sigilo, dos bancos para o fisco, que mantém a confidencialidade das informações sob seu controle, garantindo que os dados sejam utilizados exclusivamente para fins de arrecadação tributária.

O impacto da decisão para todo o Brasil

A vitória judicial catarinense foi celebrada como uma conquista de todo o sistema fiscal brasileiro. O Sindifisco/SC – Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina – foi um dos principais apoiadores dessa luta. O presidente do Sindifisco, José Farenzena, destacou a importância dessa decisão para a manutenção da justiça fiscal em todo o país:



Essa vitória não é apenas de Santa Catarina, mas de todos os estados brasileiros. A decisão do STF assegura que o acesso às informações financeiras continue a ser uma ferramenta eficaz no combate à sonegação fiscal e na promoção de uma concorrência justa entre os contribuintes. Estamos orgulhosos de ver Auditores Fiscais liderando essa batalha e de poder contribuir para um sistema fiscal mais justo e eficiente”

José Farenzena, presidente do Sindifisco/SC

O papel da SEF/SC e da PGE/SC na vitória judicial

A atuação conjunta entre Auditores Fiscais e procuradores do Estado foi fundamental para o desfecho positivo no STF. A SEF/SC, utilizando ferramentas avançadas como as Malhas Fiscais, tem monitorado continuamente as informações financeiras para identificar possíveis irregularidades. Esse trabalho contribuiu para a autorregularização dos contribuintes, permitindo o pagamento espontâneo de tributos e reduzindo a necessidade de fiscalizações formais. “Sem esse acesso direto às informações financeiras, o fisco dependeria de métodos menos eficientes, como fiscalizações extensivas e a presença física de auditores em estabelecimentos comerciais – algo oneroso e inviável para a administração pública”, completa Farenzena.

A importância da arrecadação para os serviços públicos – A decisão do STF também reforça a importância da arrecadação tributária para o financiamento de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e segurança. Ao garantir o direito dos fiscos estaduais de acessar essas informações, a decisão não apenas beneficia Santa Catarina, mas também assegura a manutenção de um sistema fiscal mais justo em todo o país, promovendo a justiça tributária e a concorrência leal. O sucesso desse trabalho assegura que os recursos necessários para o financiamento dos serviços públicos cheguem aos cofres estaduais, beneficiando toda a população.

FISCO EM AÇÃO

As principais atividades do Sindifisco durante 2024

JANEIRO

Renato Lacerda assume presidência da SCPar

Renato Dias Marques de Lacerda, Auditor Fiscal da Fazenda de SC desde 1995 e ex-Secretário da Fazenda (2017-2018), se tornou presidente da SCPar, empresa estratégica para a gestão e atração de investimentos em infraestrutura e negócios em Santa Catarina. Reconhecido por sua atuação em iniciativas como a instalação da BMW no estado, Lacerda propõe resgatar o protagonismo da SCPar com uma reestruturação geral, fortalecimento das áreas de negócios e parcerias público-privadas, além da adoção de melhores práticas de gestão. Em entrevista, destacou a importância do preparo e dedicação dos Auditores Fiscais na ocupação de cargos estratégicos e assumiu o desafio com a meta de apresentar resultados significativos ainda no primeiro ano de gestão.



FEVEREIRO

Doação de kits escolares

A diretoria do Sindifisco/SC realizou a doação de 375 kits escolares a estudantes da Grande Florianópolis. As doações foram feitas na Fazenda do Rio Tavares, em parceria com o projeto Voluntários do Bem, no bairro Pantanal, e também aos projetos Mochila Solidária e Olodum. Para o vice-presidente Fabiano Dadam Nau, as ações reforçam o compromisso do Sindifisco/SC com a educação como ferramenta de transformação social.



MARÇO

Um Dia da Mulher por mais fortalecimento feminino

Em comemoração ao Dia da Mulher, o Sindifisco/SC realizou o evento "Especial Dia da Mulher: um evento para elas", no dia 8 de março, reunindo mais de 50 participantes, incluindo filiadas e convidadas, para uma tarde de palestras e reflexões sobre trabalho, bem-estar e igualdade. Com abertura das deputadas estaduais Paulinha e Luciane Carminatti, o encontro destacou a força feminina e a importância de lutar por um mundo mais justo. A programação incluiu palestras sobre temas como autoimagem, feminismo e finanças, ministradas por especialistas como a Dra. Liana Bohn e Karen Schaefer, promovendo trocas e autocuidado em um ambiente de união e fortalecimento.



Doação de triciclos adaptados

Também em março, o Sindifisco/SC doou dois triciclos para o Projeto Pernas Solidárias, que promove a participação de pessoas com deficiência em corridas de rua. A entrega ocorreu em março, com estreias em Penha e Joinville, no Litoral Norte de SC. A iniciativa foi impulsionada pelo Auditor Fiscal e condutor voluntário Hélio Oba, que destacou a transformação proporcionada pelo esporte tanto para pessoas que usam cadeira de rodas quanto para corredores. O projeto, fundado em 2015, ganhou novo impulso com o apoio do Sindicato, que celebrou o sucesso dos participantes nas provas.

ABRIL

Sindifisco/SC na Fenafisco em São Paulo

A diretoria do Sindifisco/SC, liderada pelo presidente José Farenzena, esteve presente na 225ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco, em São Paulo, para debater temas como Reforma Tributária e a Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). O evento também abordou análises de conjuntura e iniciativas parlamentares. Farenzena destacou a importância da participação para fortalecer esforços em prol da categoria. A comitiva incluiu o vice-presidente Fabiano Dadam Nau e o diretor Marcos Antônio Domingues.



Curso de Programação Neurolinguística para Auditores Fiscais

O Sindifisco/SC ofereceu o curso "PNL: Programação Neurolinguística" para 26 Auditores Fiscais, com aulas de Luiz Augusto Amaral, especialista em liderança e desenvolvimento humano. O treinamento abordou temas como comunicação não violenta, mediação de conflitos e sistemas representacionais, com foco no aprimoramento das habilidades de comunicação e desenvolvimento pessoal e profissional. Para o presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena, a PNL é uma ferramenta valiosa para o trabalho diário na SEF/SC, promovendo influência positiva e eficácia na comunicação.



2º Conefisco no Pará

Entre 17 e 19 de abril, diretores do Sindifisco/SC representaram SC no 2º Congresso do Fisco Estadual do Pará (Conefisco), em Belém. O evento reuniu servidores tributários de todo o país e abordou temas como Reforma Tributária, teletrabalho e a Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). Representando o Sindifisco/SC, participaram Felipe Letsch, Sérgio Pinetti, Eduardo Lobo e Clóvis Jacoski, que também acompanharam a entrega oficial do Projeto LOAT 2.0.



Incentivo à doação e à educação

O Sindifisco/SC doou um tablet ao Projeto Integrar, que oferece pré-vestibular gratuito para estudantes em situação de vulnerabilidade e apoia sua permanência nas universidades. A entrega, feita pelo presidente José Farenzena, marcou o início de uma campanha para estimular doações de aparelhos eletrônicos por Auditores Fiscais, que serão destinados a iniciativas como o Projeto Integrar. Parceiro do projeto desde 2013, o Sindifisco/SC reforçou seu compromisso com a educação, que resultou, em 2023, na aprovação de 14 estudantes em cursos de universidades públicas de Santa Catarina.





MAIO

Patrocínio de Congresso de Direito da UFSC

A diretoria do Sindifisco/SC participou da abertura do XVIII Congresso de Direito da UFSC, em Florianópolis, no dia 14 de maio. O presidente do Sindicato, José Farenzena, enfatizou a conexão entre o Direito e a atividade fiscal, destacando a importância do evento para fortalecer a democracia e fomentar discussões jurídicas. Patrocinado pelo Sindifisco/SC, o congresso reuniu mais de 5 mil participantes em quatro dias de palestras e debates com ministros e autoridades jurídicas de relevância nacional.



Debate de demandas regionais

No dia 21 de maio, o Conselho de Representantes do Sindifisco/SC reuniu-se na sede do Sindicato, em Florianópolis, para discutir temas jurídicos de interesse dos filiados e das 15 Gerências Regionais da Secretaria da Fazenda (SEF/SC). O presidente do Sindifisco, José Farenzena, destacou a importância do encontro para fortalecer a atuação conjunta e a representatividade do Sindicato em todo o Estado. Robson Marcondes, presidente do Conselho, reforçou o compromisso com a transparência e a atenção às demandas regionais. Representantes e suplentes de diversas cidades catarinenses participaram da reunião.



Congresso internacional sobre Reforma Tributária

Audidores Fiscais do Sindifisco/SC estiveram em Natal (RN) para o 8º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais, que abordou o tema "Reforma Tributária: a descoberta de um novo mundo e seus desafios", no dia 27 de maio. Com mais de 600 participantes do Brasil e de Portugal, o evento promove debates sobre Administração Tributária e desafios na arrecadação e fiscalização de tributos em uma perspectiva internacional. Organizado por entidades brasileiras e portuguesas, o congresso ocorreu ao longo de três dias e reuniu especialistas de diversas nações. Participaram do evento os Auditores Fiscais Ari Pritsch, Marcos Domingues, Rosemari da Silva, Inácio Erdtmann, Ramon Medeiros e Célio Hoepers.



JUNHO

Apoio às vítimas das enchentes no RS

O Sindifisco/SC realizou a doação de R\$ 25 mil ao Sindifisco/RS e lançou uma campanha de arrecadação entre seus filiados para ajudar vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. Segundo o presidente José Farenzena, a ação teve como objetivo oferecer alívio imediato às populações afetadas. A campanha incentivou contribuições via PIX e reforçou a parceria solidária entre entidades fiscais estaduais.



Participação no debate sobre a regulamentação da Reforma Tributária

O Auditor Fiscal catarinense Ramon Medeiros, representando o Estado de Santa Catarina, participou de uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados para discutir a regulamentação da Reforma Tributária. A sessão abordou regimes diferenciados, reduções de alíquotas para produtos agropecuários e créditos presumidos para produtores rurais. Medeiros destacou que o projeto de lei do IBS/CBS contempla todos os regimes especiais autorizados pela Constituição, explicitando benefícios por setor, garantindo segurança jurídica tanto para contribuintes quanto para o fisco.

Giro Pelo Estado em Blumenau e Itajaí

O presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena, e membros da diretoria visitaram as Gerências Regionais da Secretaria da Fazenda (SEF/SC) em Blumenau e Itajaí no dia 13 de junho, como parte do Giro Pelo Estado. O encontro promoveu a troca de ideias e a discussão de demandas locais com os Auditores Fiscais, reforçando o compromisso do Sindicato com o desenvolvimento regional e estadual. Participaram ainda os diretores Cristiano Colpani, Marcos Domingues, Eduardo Lobo, Felipe Letsch e Brani Besen.



JULHO

Giro Pelo Estado em Florianópolis

A diretoria do Sindifisco/SC realizou, em 11 de julho, mais uma edição do Giro Pelo Estado, visitando a 1ª Gerência Regional da Secretaria da Fazenda de SC, em Florianópolis. O encontro buscou fortalecer o diálogo e o engajamento com os Auditores Fiscais, promovendo a troca de experiências e alinhamento de estratégias. O presidente José Farenzena destacou a importância da iniciativa para o crescimento e fortalecimento da carreira fiscal. O Giro Pelo Estado é uma ação conjunta da SEF/SC e do Sindicato para aproximar servidores das Gerências Regionais.



Palestra sobre Extinção da DIME

O Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC) promoveu uma série de palestras durante o ano sobre a extinção da DIME e os desafios da apuração pela EFD. Ministradas pelo Auditor Fiscal Marcos Antonio Ferreira Domingues, as apresentações abordaram a nova sistemática fiscal, oferecendo orientação e segurança jurídica aos profissionais.

AGOSTO

Reunião da Fenafisco no Rio de Janeiro

Dirigentes do Sindifisco/SC, incluindo o presidente José Farenzena e outros representantes, participaram da 227ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco no Rio de Janeiro. Durante o evento, foram discutidas questões estratégicas para os fiscos estaduais, como a Reforma Tributária, a Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), renúncias fiscais e critérios para concursos. Farenzena destacou a importância do encontro para alinhar políticas e estratégias frente aos desafios fiscais enfrentados pelos estados brasileiros.



SETEMBRO

Seminário sobre desafios da aposentadoria

Nos dias 12 e 13 de setembro, o Sindifisco realizou o seminário "Histórias de vida – desafios e possibilidades pós trabalho", destinado a filiados próximos da aposentadoria ou aposentados nos últimos três anos. Com abordagem psicossociológica, o curso, ministrado pela professora e doutora Vera Regina Roesler, discutiu o planejamento pessoal e profissional, ajudando os participantes a refletirem sobre sua trajetória e enfrentarem os desafios da nova etapa. O evento ocorreu na sede do Sindifisco, em Florianópolis.

Workshop sobre o uso de informações bancárias

No dia 19 de setembro, Auditores Fiscais de Santa Catarina filiados ao Sindifisco/SC, participaram do 3º Workshop de Auditoria Fisco-Contábil, organizado pelo ENCAT. O evento, com mais de 250 participantes de diferentes estados, teve como tema a utilização das informações bancárias por meio da transferência de sigilo entre instituições financeiras e fazendas estaduais, conforme a Lei Complementar nº 105/2001. Santa Catarina foi responsável pela condução do workshop, apresentando casos práticos e a legislação relacionada, destacando as boas práticas adotadas pelo Estado como referência para outras unidades da federação.



OUTUBRO

Jogos Fazendários 2024 promovem integração e união entre servidores

Entre os dias 25 e 27 de outubro, mais de 550 servidores públicos e seus familiares participaram dos Jogos Fazendários 2024, promovidos pelo Sindifisco/SC e pela Affesc. O evento em Florianópolis contou com diversas modalidades esportivas, atividades recreativas e momentos de confraternização, fortalecendo a união entre os servidores da Fazenda. Na abertura, o presidente da Affesc, Ari Pritsch, e o secretário da Fazenda, Cleverson Siewert, destacaram a importância do evento e discutiram as ações para o futuro econômico de Santa Catarina. Os jogos foram organizados em parceria com diversas entidades do setor fiscal e receberam apoio da SEF/SC.



Desafios da Reforma Tributária e metas para 2025

Em 17 de outubro, representantes do Sindifisco/SC se reuniram em Florianópolis para discutir a pauta de reivindicações da categoria com o presidente José Farenzena. A transição do ICMS para o IBS, que começa em 2025 e durará 10 anos, foi um dos principais temas, com a previsão de aumento significativo na base de fiscalização, o que preocupa a categoria pela complexidade do processo. Farenzena destacou que, embora os Auditores Fiscais estejam preparados, será necessária uma maior dedicação, trabalho e capacitação. Além disso, o encontro abordou as demandas da categoria e a necessidade de políticas específicas para valorizar os Auditores Fiscais diante dos novos desafios impostos pela Reforma Tributária.

NOVEMBRO



Fenafisco em Natal

Membros da diretoria do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco/SC) estiveram em Natal para participar da 229ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). Participaram da comitiva catarinense o presidente do Sindicato José Farenzena, o vice-presidente Fabiano Nau, e os Auditores Fiscais Marcos Antônio Domingues e Rogério Macanhão.



SC Day no Chile

O presidente da Invest SC e filiado ao Sindifisco/SC, Renato Lacerda, integrou a comitiva catarinense durante o SC Day Chile, realizado no dia 19 de novembro em Santiago. Ao lado do governador de SC, Jorginho Mello, e do presidente da Fiesc, Mário Aguiar, Lacerda participou do evento que reuniu lideranças empresariais e políticas e apresentou os diferenciais de Santa Catarina a investidores de todo o mundo.



Homenagem a Darci de Matos

O deputado federal recebeu homenagem pela defesa da autonomia legislativa dos Estados, do fortalecimento do Pacto Federativo e pelo compromisso de valorização do serviço público brasileiro. Organizado pelo Sindifisco/SC, o evento contou com a participação de representantes do Sindifisco/RS e da Fenafisco. Para o presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena, o deputado contribuiu para garantir que o objetivo da PEC 66/2023 fosse cumprido.

DEZEMBRO

Mobilização em Brasília

Entre os dias 3 e 4 de dezembro, o presidente do Sindifisco/SC, José Farenzena, e o diretor de Relações Parlamentares e Institucionais do Sindicato Eduardo Lobo estiveram em Brasília para participar de importante reunião com sindicatos de Auditores Fiscais de todo o país. Promovida pela Fenafisco, a mobilização junto ao Senado e a Câmara dos Deputados teve como objetivo fortalecer a ação parlamentar em torno de pautas prioritárias, com destaque para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2023, o Projeto de Lei (PL) 21/2023 – Descongela Já e o pedido de apensamento da PEC 6/2024 (PEC Social) à PEC 555/2006.



Auditores Fiscais são premiados

Filiados ao Sindifisco/SC receberam premiações durante o Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2024 e o Prêmio Tributare, realizado em Brasília. Os auditores Ari Pritsch e Leandro da Silveira receberam troféus no evento promovido pela Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). O Auditor Fiscal e presidente do Conselho Esta-

dual de Combate à Pirataria (Cecop), Jair Antonio Schmitt, representou a SEF/SC no Grupo de Trabalho Educação Fiscal (GT66) do Confaz. Pritsch, presidente da Affesc, recebeu o troféu de Estado com maior número de projetos inscritos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal. Já o Auditor Fiscal Leandro da Silveira ficou em 2º lugar no Prêmio Tributare com o projeto Open Eye – IA Fiscal, desenvolvido exclusivamente por Auditores Fiscais de SC.

Agradecimento e presente especial

Em agradecimento à parceria, respeito e consideração com a carreira dos Auditores Fiscais, o presidente do Sindifisco/SC entregou cestas de Natal ao governador Jorginho Mello e ao secretário da Fazenda Cleverton Siewert. O governador também foi surpreendido com um desenho feito para ele por Isadora, filha do presidente José Farenzena.





Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina

Trompowsky Corporate
Av. Trompowsky, 291 - 1203
Centro, Florianópolis/SC
CEP 88015-300